

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A PAUTA DO TURISMO NO PROJETO ORLA: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO “BRASIL, ESSA É NOSSA PRAIA”

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto¹

Michel Jairo Vieira da Silva²

Ricardo Lanzarini³

Stella Magaly de Andrade Sousa⁴

RESUMO ESTRUTURADO: Relata a experiência do Projeto “Brasil, essa é nossa praia” - BNP, desenvolvido pelo Departamento de Turismo da UFRN - DETUR, em parceria com o Ministério do Turismo, para acompanhar o andamento do Projeto Orla em 10 municípios brasileiros. A metodologia do Projeto Orla, estabelecida em seu manual, prevê a realização de etapas de planejamento participativo da gestão da orla, para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI. Entretanto, embora o turismo seja, historicamente, uma das principais atividades econômicas exercidas nas orlas brasileiras, o setor era considerado como entrave para a preservação desses territórios. Nos 10 municípios contemplados no BNP, a partir da intensificação do envolvimento do Ministério do Turismo como membro da Coordenação Nacional do Projeto Orla, buscou-se ampliar o debate sobre a temática do turismo nas etapas de diagnóstico e elaboração do PGI, por meio da participação de docentes do DETUR/UFRN, e da realização de oficinas de sensibilização previamente a essas etapas. As discussões provocadas pelo grupo de docentes participantes do BNP promoveram a ascensão de temas como Turismo de Base Comunitária e Turismo Responsável na elaboração do plano de ação, resultando em maior articulação da atividade turística com os demais interesses da gestão da orla, especialmente aqueles mais sensíveis ao desenvolvimento do setor, como ambiental e cultural. Conclui que os resultados apontam para fortalecimento dos níveis da gestão pública do turismo, integrada aos interesses coletivos e locais, podendo a experiência ser replicada em outros municípios.

Palavras-chave: Projeto Orla; Brasil, essa é nossa praia; Turismo Responsável; Participação.

INTRODUÇÃO:

O Brasil possui mais de 20 mil km de litoral, fato que o configura como um forte destino turístico no segmento de sol e praia para turistas de todas as nacionalidades. Somado a isso, há inúmeros destinos consolidados ou potenciais em águas interiores, que também atraem turistas em busca de aventura e/ou contato com a natureza. Contudo, um dos maiores desafios, dadas as proporções continentais do país, é gerir, de forma sustentável e descentralizada, as orlas

¹ Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo. Docente no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: leilianne.barreto@ufrn.br

² Doutor em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente no Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: michel.vieira@ufrn.br

³ Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: ricardo.lanzarini@ufrn.br

⁴ Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi. Docente no Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: stella.sousa@ufrn.br

federais brasileiras e seus múltiplos usos e significados econômico, social, cultural e paisagístico.

É nesse cenário que o Projeto Orla foi concebido nos anos de 2004, como uma iniciativa do Governo Federal, por meio do Decreto 5.300[1], que regulamenta a Lei nº 7.661/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, em que, ao firmar o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP), o município se compromete com a elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), que consiste na execução do Projeto Orla a partir de uma metodologia de planejamento integrado e participativo de políticas públicas nas três esferas de governo. Atualmente, a Coordenação Nacional do Projeto Orla (CNPO) integra a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia (SPU/ME), a Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo, do Ministério do Turismo (SNDTur/MTur) e a Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR), sendo responsáveis pela validação federal dos PGIs e pelas ações governamentais de incentivo ao Projeto Orla.

O PGI agrega informações ambientais e patrimoniais sobre a localidade e propõe um conjunto de ações que visam a mitigar os danos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo também para a melhoria dos serviços de infraestrutura, de educação ambiental, sinalização das praias, balneabilidade, fluxo turístico, dentre outros. Sua elaboração é concretizada a partir de um diagnóstico preliminar, e posteriormente, por meio da realização de oficinas locais de planejamento integrado e participativo, em que são discutidas as conjunturas atuais, as tendências e os cenários desejados para cada trecho da orla.

A demanda brasileira sobre o uso turístico das orlas é, sem dúvida, significativa. Dados do Estudo de Demanda Turística Internacional 2014-2018[2], do Ministério do Turismo - MTur / Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE mostram que aproximadamente 71% dos quase 6,7 milhões de turistas internacionais que vieram ao País em 2018 buscaram destinos de sol e praia, fato que demonstra a natural vocação turística do país sobre o uso de suas orlas. Além disso, os destinos brasileiros, especialmente de sol e praia, dependem de sua qualidade ambiental para que o turismo se desenvolva de forma responsável e contribua para melhorias sociais, econômicas e ecológicas.

É nesse cenário que o Projeto “Brasil, essa é nossa praia” (BNP) – uma iniciativa do Ministério do Turismo (MTUR) em parceria com o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DETUR/UFRN), por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 02/2019 – integra diversas ações de turismo responsável dentre as

quais inclui, em parceria com o Projeto Orla, a elaboração dos primeiros PGIs contemplando a dimensão do turismo como um dos principais vieses econômicos das localidades selecionadas. O Projeto BNP atua no processo de qualificação dos destinos turísticos brasileiros, tendo como base os preceitos do turismo sustentável e responsável e em conformidade com outras iniciativas federais e/ou internacionais vinculadas ao MTUR como o Projeto Orla (BRASIL, 2022), Programa Investe Turismo (BRASIL, 2019), Programa Bandeira Azul (IAR, 2020) e Prêmio Braztoa de Sustentabilidade (BRAZTOA, 2022).

Este relato de experiência visa apresentar o Projeto “Brasil, essa é nossa praia” como indutor do “Projeto Orla” em dez destinos turísticos brasileiros. Para isso, o texto foi estruturado da seguinte forma: inicialmente apresentam-se a problemática e a relevância do trabalho, evidenciando as relações simbióticas entre os dois projetos e a construção prática das ações desenvolvidas entre 2021 e 2022; posteriormente, descreve-se a metodologia que tem sido utilizada para alcançar os objetivos propostos; em seguida são apresentados os resultados do projeto, elucidando os principais produtos, área de abrangência e atores envolvidos; por fim, são discutidas as implicações práticas e conclusões do trabalho, bem como apresentam-se as referências que embasaram o seu desenvolvimento.

PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA:

O uso das orlas para fins turísticos, a médio e longo prazos, depende fundamentalmente de sua qualidade ambiental para que o turismo se desenvolva de forma responsável e contribua para melhorias sociais, econômicas e ecológicas na zona costeira. Para tanto, gestores públicos e equipamentos turísticos precisam sempre considerar a necessidade de adaptação às características locais, valorizando paisagens e culturas existentes, sempre em consonância com a legislação ambiental e patrimonial, com a necessidade de segurança e acessibilidade do turista e usuários locais bem como com a qualidade de água para balneabilidade. Por isso, é imprescindível estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico alinhadas com a agenda global ODS.

Embora o turismo sempre tenha composto cenários do Projeto Orla, foi somente a partir do Acordo de Cooperação Técnica - ACT firmado em 30/03/2022 entre SPU/ME, SNTur/MTur e SMDRU/MDR (processo SEI ME 10154.104584/2020-43)[3] que o Ministério do Turismo passou oficialmente a compor a CNPO, dando maior ênfase ao turismo como atividade econômica e alternativa de desenvolvimento sustentável e responsável na elaboração do PGI.

A inserção da temática do turismo no Projeto Orla se inicia a partir de dois importantes marcos no ano de 2021, a saber: 1) por meio do curso "Formação de Facilitadores do Projeto Orla", com objetivo de capacitar profissionais para auxiliar municípios na condução dos processos para elaboração de Planos de Gestão Integrada - PGI de suas orlas marítimas, fluviais, lacustres e estuarinas, conforme a metodologia do Projeto Orla, oferecido pela SPU/ME em parceria com a UFPA, em que foi ministrada pelos coordenadores do Projeto BNP a disciplina "Turismo como fator de desenvolvimento sustentável nas orlas brasileiras"[4] de 10 horas/aulas, alocada no "Módulo 3 – Noções de Políticas Públicas para o Território"; e 2) com a inclusão de ações do Projeto Orla (elaboração de PGI) no Projeto BNP, envolvendo 10 destinos turísticos brasileiros como "projeto piloto" para a nova roupagem das ações do Projeto Orla vinculados ao turismo. Nesta ação, o Projeto BNP executa todas as etapas metodológicas do Projeto Orla, tanto pela contratação dos facilitadores (habilitados pelo curso de formação citado no item 1) quanto da gestão das oficinas participativas, incluindo consultores de turismo em todo o processo. Este tópico, em especial, é o fato que compõe o presente relato de experiência.

Considerando-se a longa caminhada do Projeto Orla a partir de um viés majoritariamente ambiental, houve, desde o início, uma "resistência" por parte de alguns atores e entidades que historicamente se envolvem na elaboração de um PGI à potencialização da economia pelo turismo, evidenciando-se os aspectos negativos de uma atividade turística desordenada. Por isso, um dos principais desafios do Projeto BNP foi demonstrar os benefícios que poderiam ser gerados pelo turismo, além de algumas inovações na metodologia tradicional por meio da gestão de diversos conflitos de interesses públicos e privados ao longo de todo o processo.

Como um dos eixos de atuação do Projeto BNP, se destaca a implementação do Projeto Orla em 10 municípios turísticos brasileiros, tanto em áreas costeiras quanto interiores, em que foram selecionados 09 por edital específico, acrescidos do município de Angra dos Reis/RJ – pela condição de área prioritária pelo MTur –, que já estava em andamento no processo de elaboração do PGI desde 2019, seguindo critérios definidos pela Coordenação Nacional do Projeto Orla. Assim, o Projeto BNP está contemplando municípios representantes de 08 estados, em 3 regiões do Brasil (Nordeste/ Sudeste/ Sul): Angra dos Reis/RJ, Barreirinhas/MA, Cabo Frio/RJ, Cruz/CE, Imbé/RS, Natal/RN, Salvador/BA, São Sebastião/SP, Paraty/RJ e Vila Velha/ES.

O edital contemplou a contratação de facilitadores para elaboração de PGI nos municípios selecionados, assim como o acompanhamento e prestação de assessoria técnica para a realização das oficinas de planejamento participativo, além de capacitação sobre a metodologia do Projeto Orla para os gestores de cada destino. As atividades estão sendo desenvolvidas nos municípios entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022.

Com estas ações, o Projeto “Brasil, essa é nossa praia” irá contribuir diretamente para um turismo mais sustentável nesses destinos, além de iniciar um movimento que motive a adesão de outros municípios ao Projeto Orla, representando uma ação emblemática do Ministério do Turismo no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, ampliando as orientações de desenvolvimento responsável do turismo em nível nacional.

METODOLOGIA:

O principal produto resultante do Projeto Orla consiste na elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), que é um instrumento fundamental para a gestão das praias brasileiras. Após chamada pública que selecionou 10 municípios banhados por águas federais e com vocação turística, deu-se início ao processo de desenvolvimento dos PGIs nos destinos contemplados pelo Projeto “Brasil, essa é nossa praia”, em consonância com as premissas do turismo responsável e de acordo com a metodologia preconizada pelo Projeto Orla.

A seguir, destacam-se os principais caminhos metodológicos direcionados a cada destino, os quais serão detalhados nos resultados:

1. Reuniões periódicas (semanais/quinzenais);
2. Oficina sobre a Metodologia do Projeto Orla e Sensibilização para o Turismo;
3. Visita Técnica de facilitadores e membros do BNP à orla contemplada;
4. Acompanhamento da Etapa 1 da Oficina Participativa do Projeto Orla;
5. Acompanhamento da Etapa 2 da Oficina Participativa do Projeto Orla;
6. Workshop sobre Linhas de Crédito do BNDES e do FUNGETUR (MTur).
7. Acompanhamento da Consulta e Audiência Públicas.

Faz-se necessário esclarecer que a etapa 7 encontra-se ainda em fase inicial de execução, com previsão de finalização para o primeiro trimestre de 2023.

RESULTADOS:

Conforme o trajeto metodológico apontado, apresenta-se o detalhamento de cada uma das etapas, considerando que correspondem ao resultado da experiência.

1. Reuniões Periódicas - Trata-se de encontros virtuais, realizados em uma periodicidade semanal ou quinzenal estão sendo realizados para alinhamento das demandas do BNP e Projeto Orla com cada comissão municipal (funcionários de carreira e/ou comissionados de pastas normalmente ligadas a meio ambiente, saneamento, pesca, desporto, mobilidade e turismo) e respectivas equipes de facilitadores, tratando sobre contrapartidas em logística e para planejamento das fases posteriores do projeto.

2. Oficina sobre Metodologia do Projeto Orla e de Sensibilização para o Turismo - Tal oficina (que ocorreu entre os meses de fevereiro e abril/2022), conduzida por professores do DETUR / UFRN, tinha como público-alvo representantes da gestão pública municipal, mas também estadual, e até mesmo federal atuantes na orla contemplada, além de representantes de entidades comerciais e do trade turístico local, e pessoas ligadas à sociedade civil organizada, normalmente representando associações de moradores de bairros costeiros, pescadores, artesãos, praticantes de esportes náuticos, pesquisadores, ambientalistas, etc. A oficina virtual – com duração média de 8hs divididas em dois encontros consecutivos de 4 horas – tinha como objetivo apresentar aspectos metodológicos do Projeto Orla e a atuação do Projeto “Brasil, essa é nossa praia” no primeiro momento, dedicando-se em seguida à sensibilização dos participantes quanto às questões do turismo e sua relação com orlas marítimas, fluviais, estuarinas e lacustres.

Em todas as 10 oficinas, o conteúdo básico sobre turismo se dedicava a:

- Conceitos de Turismo, reforçando a interrelação entre os atores do Turismo (prestadores de serviços turísticos, setor público, comunidade receptora e turistas), além de abordar espaços, equipamentos e serviços turísticos presentes na orla;
- Tipos de Turismo que ocorrem ou podem ocorrer nas orlas brasileiras, enfatizando potencialidades como: grande extensão, diversidade paisagística e reconhecimento internacional e trazendo exemplos de turismo de sol e praia; náutico; de pesca; esportivo; de aventura; ecológico; de eventos (nesse momento - para valorizar os saberes locais - os participantes eram convidados a elencar os tipos de turismo que identificavam na orla do seu município).

- Após um olhar mais conceitual e positivista, a oficina trouxe um debate mais crítico sobre a atividade, convidando os participantes a refletir sobre impactos positivos e negativos da presença do turismo em suas orlas. Destacou-se nesse momento a importância do planejamento participativo do turismo como um instrumento para: Valorizar o meio ambiente; Gerar emprego, renda, empreendedorismo local; Reconhecer o patrimônio cultural e histórico do destino; Promover a integração de turistas e residentes em espaços públicos compartilhados; Gerar maior arrecadação para o poder público, desdobrando-se em investimentos em educação, saúde, segurança, infraestrutura – qualidade de vida dos residentes; Promover uma governança turística transparente, participativa e contínua. Na mesma medida, reflexões sobre um turismo degradante e mal planejado tiveram espaço no debate. Apresentou-se alguns temas, como: sobrecarga de fluxo turístico e degradação da natureza; oferta de subempregos, aumento da inflação e grande remessa de lucros para o exterior; desrespeito às tradições locais e aculturação; implantação de um modelo de turismo segregador, permitindo a coexistência de duas cidades – a do turista e a do residente; marginalização de grupos, especulação imobiliária desenfreada, exploração infanto-juvenil; culminando com a centralização do poder e falta de representatividade nos processos decisórios sobre o turismo, além de insegurança institucional de projetos e ações nas orlas turistificadas.
- Após reflexões sobre a chegada do turismo, apresentou-se o conceito de Ciclo de Vida de Destinos Turísticos (Butler, 1980), além de Turismo Responsável (atualmente bastante defendido pelo Ministério do Turismo). Na oportunidade apontou-se preceitos de ética e responsabilidade socioambiental, ambos presentes na interpretação sobre turismo responsável. Termo que também conta com bases importantes advindas do Turismo de Base Comunitária, Segurança Turística e Turismo Sustentável. A abordagem desses conceitos provocou uma leva de contribuições espontâneas dos participantes, fato que contribuiu para que o assunto fosse retomado nas oficinas presenciais. Comumente os participantes se interessavam em conhecer mais sobre Turismo de Base Comunitária na realidade brasileira. Ao final, os virtualmente presentes foram convidados a comparecer e participar ativamente das etapas seguintes do Projeto Orla, bem como a mobilizar outros atores.

3 - Visita Técnica - Ocorreu o envio de facilitadores e membros do BNP aos municípios para conhecer a orla contemplada pelo PGI e elaborar um pré-diagnóstico, mas também – no caso dos professores ligados ao BNP – compreender a dinâmica turística observada em cada território. Esse tipo de visita (que ocorreu entre os meses de abril e junho) normalmente durava

entre dois e três dias intensos de atividade de campo em cada município. Na oportunidade, foram apresentados pelos membros da comissão municipal do Projeto Orla elementos ambientais, culturais, comerciais, mas principalmente turísticos da orla, com ênfase para projetos, atrativos naturais e socioculturais, além de problemas de poluição, sobrecarga, crescimento desenfreado do turismo.

4 - Acompanhamento da Etapa 1 da Oficina Participativa do Projeto Orla - Entre os meses de março e agosto de 2022, tais oficinas foram desenvolvidas nos 10 municípios selecionados pelo Projeto “Brasil, essa é nossa praia”. Essa etapa consistiu em encontros matutinos e vespertinos que - seguindo o Manual do Projeto Orla (2022) - aconteceram comumente durante cinco dias consecutivos, sob a condução de facilitadores contratados. Foram convidados para participar dessa oficina os atores locais que haviam participado da oficina de sensibilização, mas também outros que foram alcançados posteriormente. Essa diversidade de participantes exigiu da equipe do BNP a condução de um nivelamento acerca de temas do turismo no início da atividade, apresentando agora no início da oficina uma versão mais objetiva e sintética das preocupações e busca por um turismo responsável, sustentável, harmonioso e ético. Tal estratégia auxiliou os participantes no debate sobre os impactos do turismo nas orlas dos seus respectivos municípios. Debate esse que buscou diagnosticar através de quadros sínteses – dentre outras questões – problemas e potencialidades da orla estudada.

5 - Acompanhamento da Etapa 2 da Oficina Participativa do Projeto Orla - No intervalo entre os meses de junho e outubro, tal oficina ocorreu nos 10 municípios selecionados pelo Projeto “Brasil, essa é nossa praia”. Essa etapa consistiu também em encontros matutinos e vespertinos que aconteciam agora entre três ou quatro dias consecutivos. Seu público era o mesmo da etapa anterior, mas o objetivo da oficina agora era de dar continuidade a metodologia exigida pelo Manual do Projeto Orla (2022), trazendo ao grupo a oportunidade de esboçar o Plano de Gestão Integrada da Orla do município. Os participantes reviram os problemas e potencialidades identificadas na Etapa 1, buscando trazer soluções e ações, além de apontar responsáveis, parceiros, prazos de execução de cada atividade resolutiva. Por se tratar de municípios com vocação turística, diversos problemas e potencialidades tinham direta relação com o turismo. Isso permitiu que a participação dos membros do BNP na Etapa 2 fosse marcada pelo apoio no alcance de soluções, consensos e pactuações. O maior destaque esteve no grande interesse de participantes em compreender, adaptar e desenvolver o Turismo Responsável e

Turismo de Base Comunitária em parte de suas orlas, especialmente comunidades tradicionais (pescadores, caiçaras, ribeirinhos, povos originários). Tal manifestação recorrente fez com que os membros do BNP aprofundassem e intensificassem seus discursos sobre o tema. Ao final das 10 oficinas da Etapa 2 do Projeto Orla, percebeu-se relatórios parciais de PGIs com ênfase para o fenômeno turístico. Esse resultado é muito positivo, haja vista que considerando um planejamento participativo e preocupações com dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas do território de orla turística, pode-se alcançar maior desenvolvimento para o município alvo da ação.

6 - Workshop sobre Linhas de Crédito do BNDES e do FUNGETUR (MTur) –

Reconhecendo que a implementação dos PGIs demanda recursos financeiros, com o propósito de apresentar possibilidades de linhas de créditos aos municípios participantes do Projeto “Brasil, essa é nossa praia”, a equipe elaborou um evento virtual tendo como público-alvo os facilitadores que estão atuando no projeto. A proposição foi de que nos dias 25 e 26 de agosto, entre as 16h e 18h30, servidores do BNDES e do MTUR dialogassem com os facilitadores sobre fontes de recursos que poderiam ser apreciadas na execução dos PGIs, inclusive nas orlas turísticas. Linhas de créditos voltadas para gestão pública e privada dentro e fora do turismo foram exibidas, o que possibilitou aos facilitadores presentes o conhecimento e possibilidade de repasse de informação para seus “facilitados”.

7 - Acompanhamento da Consulta e Audiência Públicas - Esta fase encontra-se em andamento, com alguns municípios já com calendário avançado de consulta pública e processo de agendamento para audiência. A participação da equipe do BNP nessa etapa consiste na apreciação e apoio na finalização do documento oficial do PGI. Destaca-se que em referência à etapa 01, as reuniões periódicas - agora versando sobre a logística dos atos públicos finais - têm como objetivo fechar o ciclo da experiência.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E CONCLUSÕES:

Enquanto implicações práticas, é notório o incentivo ao exercício democrático da participação na gestão do bem público - aqui orlas marítimas, mas também fluviais, estuarinas e lacustres. Essa participação coletiva na elaboração dos PGIs agora também tem dado - por meio dessa experiência - ênfase ao turismo, antes visto de maneira reducionista como um entrave, problema, promotor da degradação ambiental desses territórios. Para além disso,

percebe-se que nesse tipo de processo, ocorreu também o fortalecimento de secretarias municipais, estaduais e âmbito federal de turismo no planejamento integrado, em diálogo com outras pastas - como meio ambiente, habitação, urbanismo, saneamento, desporto, cultura, patrimônio, pesca, lazer e trabalho, além da constante necessidade de diálogo com a sociedade civil.

Um desdobramento a dissertar está no protagonismo assumido pelo Ministério do Turismo na proposição de um projeto como o BNP, permitindo uma maior aproximação do governo federal com os municípios participantes do projeto, ao mesmo tempo que torna-se debatedor sobre gestão de orlas e difusor de temas como turismo de base comunitária e turismo responsável.

O fechamento do ciclo da experiência não apenas irá fomentar um ordenamento territorial e melhor aproveitamento das paisagens de orla dos 10 municípios, mais que isso, servirá como instrumento, discurso, acervo, piloto inspirador para outras realidades da diversa, complexa e reconhecida orla brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Programa Investe Turismo. Ministério do Turismo. EMBRATUR. SEBRAE - Brasília: Ministério do Turismo, 2019 - Edição 1.
- BRASIL. Manual Projeto Orla. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – Brasília: Ministério da Economia. 2022(1).
- BRAZTOA. Prêmio Braztoa de Sustentabilidade. Associação Brasileira das Operadoras de Turismo. Braztoa, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18GzPc3ONdPNfTu51M87QVC0gbP-Vgull/view>. Acesso em: 06 out. 2022.
- BUTLER, R. W. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer* 24:5-1 2, 1980.
- HALL, C. M. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- IAR. Instituto Ambientes em Rede. Bandeira Azul Brasil: guia de atividades de educação e informação ambiental, 2020. Disponível em: <https://bandeirazu.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-BA-2020.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.
- IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- SCHERER, M. Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.
- UNWTO – OMT. Código de ética mundial para o turismo: por um turismo responsável. Câmara de Turismo do RS, Ministério do Turismo, 2015.

NOTAS:

[1] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm. Acesso em: 12 out. 2022.

- [2] Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional/item/download/980_7bcddf9f8e6f247f68c5f5754ce64df7.html. Acesso em: 10 out. 2022.
- [3] Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/projeto-orla/projeto-orla>. Acesso em: 12 out. 2022.
- [4] Disponível em: <https://aedmoodle.ufpa.br/course/view.php?id=5096§ion=13>. Acesso em: 13 out. 2022.